



15º Congresso de Iniciação Científica

INCLUSÃO ESCOLAR E DEFICIÊNCIA MENTAL: A VISÃO DE PROFESSORES E COMPANHEIROS E O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO

Autor(es)

DANIELE DE PAULA SOUZA

Orientador(es)

Maria Inês Bacellar Monteiro

Apoio Financeiro

PIBIC

1. Introdução

Deparamo-nos com uma das mais divergentes questões, quando entramos na discussão sobre a pessoa deficiente. Com certeza, integrar é mais do que dividir um mesmo espaço físico, mesmos materiais ou atividades. A integração implica a existência de interação entre os membros do grupo, implica em mudanças de atitudes frente ao diferente, a começar pela sua valorização enquanto ser único, com capacidades e qualidades que lhe conferem importância junto ao grupo. Implica, ainda, como diz Cardoso (1992), no sentimento de pertença e identificação com os outros membros da comunidade. Para Ciampa (2004), o ser humano é considerado produto e produtor dentro de seu contexto histórico e social. Desta forma, só é possível compreender os comportamentos humanos a partir da relação estabelecida com os outros. Tal posicionamento nos leva a refletir sobre como os sujeitos identificados como deficientes mentais se constituem no contexto atual de inclusão escolar. Vygotsky (2000, p.33), apoiado no referencial marxista, entende a pessoa como “um agregado de relações sociais encarnadas num indivíduo”. Isto nos ajuda a compreender a relação entre sujeito e sociedade, uma vez que o sujeito só é sujeito porque constituído em contextos sociais, criados pela ação concreta e coletiva do próprio homem.

Para Bakhtin (1995, 1997) o sujeito e a linguagem são mutuamente constitutivos e a subjetividade decorre do princípio de alteridade, havendo sempre um inacabamento constituinte do sujeito: “Na vida, depois de vermos a nós mesmos pelos olhos dos outros, sempre regressamos a nós mesmos...” (BAKHTIN, 1997, p.38).

A partir de uma visão social, todo grupo cultural estabelece critérios de eficiência e normalidade, atribuindo rótulos e discriminando socialmente os que fogem a esses critérios. Desse modo, por essa perspectiva, a deficiência não estaria localizada no indivíduo e sim nas relações sociais que elegeram determinadas características como sendo próprias de seres deficientes. Analisando dentro desta perspectiva histórica

cultural, podemos dizer que o deficiente foi construindo uma auto-imagem de fracasso e de incapacidade, manifestando um desempenho muito aquém do que se poderia esperar, já que o grupo social não se surpreende com sua defasagem e sim com as possibilidades que, às vezes, expressa.

A inclusão da criança especial no chamado ensino regular é um desafio para a educação especial de todo o mundo. No Brasil, de acordo com a política educacional, está assegurado o ingresso do aluno deficiente em turmas do ensino regular, sempre que possível. Todavia, ainda poucos alunos com necessidades especiais têm tido a oportunidade de freqüentar salas de aula regulares e, mesmo quando esta oportunidade lhes é oferecida, as escolas e/ou profissionais têm poucos recursos e conhecimento para garantir o sucesso e permanência desses alunos. A falta desse recurso concorre para a frustração do aluno, de seus pais e sem dúvida, para a marginalização e retirada do mesmo da escola regular. Temos assistido várias iniciativas por parte das escolas, professores e instituições públicas, no sentido de assegurar este direito aos alunos especiais, mas ainda precisamos de muito mais esforços e estudos para mudar a situação atual (MONTEIRO, 1997)

Deve-se ter claro que inclusão não significa apenas transferir o aluno da escola ou da classe especial para a classe comum. Significa, incluir todas as pessoas, independentemente de seu talento, deficiência, nível socioeconômico ou cultural, em salas de aula com todas as suas necessidades sendo atendidas. Com isso, pensar em uma escola inclusiva significa, em um primeiro momento, pensar em uma escola para cada um, isto é, em uma escola em que cada aluno seja atendido de acordo com suas necessidades e dificuldades, com recursos e metodologias que propiciem o seu aprendizado e desenvolvimento (MIRANDA, 2001). O desafio que se apresenta é a construção de uma escola que propicie uma mesma qualidade, que se revele na igualdade de oportunidades, sem demagogia e com responsabilidade.

2. Objetivos

Este estudo teve como objetivo, a caracterização da realidade escolar de inclusão de sujeitos deficientes mentais através da avaliação da imagem que o grupo social faz destes sujeitos, identificando as implicações desta representação, para a constituição da significação de si no processo de formação de sujeitos deficientes mentais incluídos na escola regular. Consideramos que as relações estabelecidas no grupo social são essenciais para a formação e significação de si e, sendo assim, entendemos que os professores, sujeitos deste estudo, bem como os colegas e outros funcionários das escolas, têm um papel fundamental na constituição do sujeito que está incluído no ensino regular. Buscamos saber como os professores integrantes do grupo social, próximo aos sujeitos deficientes, os vêem para podermos refletir sobre como esta imagem repercute na formação dos sujeitos deficientes mentais

3. Desenvolvimento

O estudo foi desenvolvido em escolas da rede municipal, de ensino fundamental, da cidade de Piracicaba, que têm alunos considerados deficientes mentais, incluídos em suas salas de aula regulares. Usamos o levantamento das escolas municipais, realizado em estudo anterior, indicadas no banco de dados do projeto temático "Linguagem e inclusão escolar". Os dados foram construídos através da gravação de entrevistas com professores das salas de aula regulares freqüentadas por alunos diagnosticados como deficientes mentais. O diálogo com estes professores foi realizado através de entrevistas, individuais e abertas, na intenção de deixá-los livres para expressar aquilo que para eles era mais significativo. A escolha desse procedimento ocorreu diante dos enormes limites apresentados pelos questionários objetivos fechados, que, na expectativa da padronização das respostas, perdem a riqueza das informações, principalmente quando se pretende captar e analisar formas de pensamento. No decorrer da entrevista, também foram sendo geradas outras perguntas no sentido de maior explicitação de idéias e desenvolvimento do pensamento. As entrevistas foram gravadas e transcritas e os dados analisados a partir da organização por temas abordados e por concepções de sujeito e de deficiência identificadas. As entrevistas apresentam-se em anexo. O estudo toma como base uma perspectiva teórico-metodológica histórico-cultural, uma vez que esta permite a análise qualitativa e a compreensão do processo social de constituição do sujeito possibilitado pela linguagem. Além disso, a pesquisa desenvolvida neste enfoque permite o entendimento da relação entre o

4. Resultados

Foi unânime nas falas das cinco entrevistadas, o bom relacionamento das crianças especiais com os colegas. Os colegas se oferecem para brincar com as alunas especiais e ajudar as professoras em relação à organização da sala no intuito de oferecer melhores condições para as alunas serem bem amparadas. Aparentemente, segundo as professoras, os colegas sentem-se responsáveis pelos cuidados das alunas que apresentam alguma deficiência.

Nota-se o propósito de inserir as alunas especiais em todas as atividades rotineiras da classe em geral, respeitando logicamente, suas especificidades. As professoras expõem a idéia de que, há a necessidade iminente de as alunas vivenciarem as situações consideradas “comuns” do cotidiano humano para dessa forma terem o contato real com o mundo que as cerca e terem a possibilidade de virem a ser indivíduos independentes, autônomos e conscientes em suas ações, pensamentos e vida social.

É provável que algumas atividades, apresentem certa dificuldade para serem realizadas, devido às dificuldades motoras e cognitivas, naturais da condição do indivíduo portador de necessidade especial, entretanto, deve-se haver, minimamente, a tentativa do educador de introduzir e instruir os alunos especiais às situações que se apresentem dentro do conjunto escolar, para que, externamente, ele tenha noção de como agir, tomando como base, as experiências vivenciadas dentro da escola.

Apesar da clareza de algumas professoras, outras demonstram um certo despreparo em relação ao embasamento pedagógico direcionado à educação especial. Tem-se a impressão de que não houve nenhum tipo de preparo inicial para se receber e se adequar às necessidades inerentes do deficiente mental. As professoras revelam que vão aprendendo na prática, sozinhas, num processo de tentativa e erro.

O material didático/pedagógico é um dos principais meios de mediação entre o educador e o aluno, sendo este, especial ou não. Dessa forma, é imprescindível que os recursos e infra-estrutura sejam adequados em relação às necessidades do aluno, do contrário, seu desenvolvimento será prejudicado. Nos discursos das professoras, observamos uma significativa escassez de materiais adaptados para o uso de portadores de necessidades especiais que são essenciais para a alfabetização e o desenvolvimento dos mesmos. Além do preconceito clássico, que se caracteriza pela discriminar o diferente, inferindo no alvo, a idéia de distinção ou de desmerecimento, outra forma comumente identificada como preconceito nas relações com o deficiente mental é a idéia de incapacidade e incompetência que projetam sobre o mesmo. Tendo essa percepção como guia, a tendência é infantilizar o deficiente, e executar por ele, as mais básicas tarefas, supondo que ele não conseguirá, cumprir tal tarefa ou deixá-lo fazer o que ele quer, não respeitando e omitindo regras e tendo vantagens e em relação aos demais, devido a sua condição de portador de necessidades especiais. As professoras identificaram tal atitude, nos comportamentos de alguns funcionários das escolas.

Os depoimentos da professoras demonstram que elas têm o olhar nas possibilidades, investem na alfabetização como passaporte para a integração e se preocupam com o futuro de suas alunas.

5. Considerações Finais

Ao concluir este estudo verificamos como ainda temos muito que fazer para a efetiva inclusão escolar de alunos com necessidades especiais. Não basta ser a favor da inclusão, na escola, de alunos com necessidades educacionais especiais para que ela aconteça, assim como não basta ser contra para evitá-la. Esta pesquisa evidencia que os professores são favoráveis a uma escola para todos, mas eles ainda se sentem pouco preparados e pouco apoiados pelos sistemas político-educacionais para desenvolverem uma educação inclusiva. As professoras identificaram relações positivas entre os alunos com deficiência e os demais alunos. Mostraram que acreditam que podem auxiliar os alunos com deficiência e que a escola regular pode ser um espaço de aprendizagem se tiverem mais recursos e maior preparo para enfrentarem as dificuldades. Sentem ainda muitos preconceitos da escola em relação às crianças deficientes e demonstram que sentem falta de mais conhecimento do que fazer para ajudar. Visualizam, ainda que muito preliminarmente, que a convivência com a diferença pode ser benéfica para todos, inclusive para os demais alunos. Tentam ajudar seus alunos a aprenderem, mesmo considerando suas dificuldades. Considerarmos,

como Vygotskiy (1991) e Bakhtin (1997), que é através da linguagem, um sistema simbólico, instrumento de interação entre os homens e mediadora entre o sujeito e o objeto de conhecimento, que se constitui o pensamento e a ação e que o desenvolvimento psíquico é um processo que vai do sócio-histórico para o individual – do (inter) pessoal para o (intra) pessoal. As pessoas se apropriam das formas históricas, culturais e, portanto, dos símbolos, através da internalização destas formas culturais. Internalização esta, que muito diferente da adaptação ou da memória mecânica, acontece pela linguagem. Consideramos que o desenvolvimento e a aprendizagem são processos unitários, mas não idênticos. A aprendizagem exerce um papel fundamental e determinante no desenvolvimento, contrapondo-se à teoria que vê o desenvolvimento antecedendo a aprendizagem. O sujeito se constitui à medida que o outro atribui sentido à suas palavras e ações e, portanto, os interlocutores têm um papel essencial no funcionamento intra-psicológico de cada um e na formação da consciência individual.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CARDOSO, M. C. de F. Integração educacional e comunitária. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Piracicaba, v.1, n.1, pp 89-100, 1992

CIAMPA, A. da C. **PSICOLOGIA SOCIAL: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MIRANDA, M. J. de (2001). **Educação, deficiência e inclusão no município de Maringá**. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR.

MONTEIRO, Maria Inês Bacellar. **A interação de crianças com Síndrome de Down e outras crianças na pré-escola comum e especial**. In: MANTOAN, Maria Teresa Egler (Org.). A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo, 1997, p. 109-112.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. Manuscrito de 1929. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 71, p. 21-44, jul. 2000.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WERTSCH, J. V. A necessidade da ação na pesquisa sociocultural. In: WERTSCH, James V; RIO, Pablo del; ALVAREZ, A. **Estudos Socioculturais da mente**. Porto Alegre, RS: Editora Artes Médicas Sul Ltda., p. 56-71, 1998